

O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO DO ALUNO COM SÍNDROME DE DOWN NA ESCOLA INCLUSIVA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

GracielyThaiss de Carvalho¹
Juliana Braz Pereira Gomes²
Mayara Corrêa dos Santos³
Mônica Cristiane David⁴

RESUMO

O presente artigo aborda a temática do processo da alfabetização do aluno com Síndrome de Down na escola inclusiva nos anos iniciais do ensino fundamental, bem como as dificuldades enfrentadas pelo aluno e pelas professoras no contexto escolar. O método de pesquisa foi à abordagem qualitativa, com foco no estudo de caso. A pesquisa foi realizada em uma escola pertencente ao Núcleo Regional do CIC da Rede Municipal de Ensino de Curitiba, no 1º ano do Ensino Fundamental. A coleta de dados contou com os seguintes instrumentos: o questionário composto de sete questões fechadas e três questões abertas e o roteiro de observação. Os dados foram analisados sob as seguintes categorias: a formação profissional das professoras e a concepção de alfabetização e também a dinâmica de sala de aula. Reiterando o que as professoras e pedagoga consultadas afirmaram, os dados dessa pesquisa apontaram que a intervenção pedagógica do professor na classe de alfabetização poderá ser suficientemente satisfatória desde que se houver uma formação profissional adequada, bem como também o apoio de todos os envolvidos no processo educativo do aluno com Síndrome de Down. Também, para corroborar com os estudos foram utilizados alguns autores como: Nóvoa (1995), Pueschel (2005), Gil (2005), Mantoan (2003), Ferreira e Teberoski (1991), Cartolano (1998).

Palavras – chave: TDAH. Inclusão. Educação Continuada.

ABSTRACT

This article addresses the issue of student literacy process with Down syndrome in inclusive school in the early years of elementary school. The purpose of this study was to understand how is the student's literacy process with Down syndrome, as well as the difficulties faced by students and by

¹ Pedagoga pela Faculdade Opet e professora

² Pedagoga pela Faculdade Opet e professora

³ Pedagoga pela Faculdade Opet e professora

⁴ Mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, graduada em Pedagogia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Especialista em Organização do Trabalho Pedagógico pela Universidade Federal do Paraná e Educação à Distância pela OPET. Professora AVA e presencial nas Faculdades OPET, SION E FAEL, nos cursos de graduação e pós graduação, supervisora de estágio, estágio, Orientadora de Trabalho de Conclusão de Curso para graduação e pós graduação. Integrante do Núcleo de Desenvolvimento Estruturante.

teachers, experienced in the classroom. The focus of the work was focused on the problematic issue that was on the effectiveness of student literacy process with Down syndrome. The research method was qualitative approach, focusing on the case study, where we tried to understand, through the answers of the questionnaire and observations, as the experiences occur in a particular group in their natural environment in order to obtain meaningful answers to our line of research. Visits to the 1st year class room in a school belonging to the CIC Regional Center of Curitiba Municipal Education Network, helped to disregard the school practices that had, explicitly and implicitly, elements which helped to understand the teaching practice in this literacy class. Data collection included the following instruments: the questionnaire composed of seven closed questions and three open questions and the observation script. Data were analyzed in the following categories: professional training of teachers and the design of literacy and also the dynamics of the classroom. Reiterating that the surveyed teachers and educator said, the data from this study showed that the educational intervention of the teacher in the literacy class can be sufficiently satisfactory provided that there is adequate vocational training, and also the support of all those involved in the educational process the student with Down syndrome. Also, to corroborate with the studies used some authors as: Nóvoa (1995), Pueschel (2005), Gil (2005), Mantoan (2003), Smith and Teberoski (1991), Cartolano (1998).

Keywords – ADHD. Inclusion. Continued Education

INTRODUÇÃO

A escola é um meio social e por isso deve subsidiar condições que favoreçam a aprendizagem integral dos alunos. O ambiente escolar, quando inclusivo, fornece grandes vantagens a todas as crianças e, não somente, às que possuem algum tipo de deficiência, pois traz a concepção de igualdade, direitos e respeito às diferenças, além de facilitar o processo de aprendizagem e desenvolvimento de alunos com necessidades especiais. Para Lefèvre (1989), a alfabetização de crianças com Síndrome de Down é fundamental para sua vida social, pois possibilita condições que facilitam o seu desenvolvimento como ser humano integrado à sociedade, podendo garantir maior independência em sua vida, até mesmo financeiramente. Diante deste cenário, **questiona-se:** Como ocorre o processo de alfabetização do aluno com Síndrome de Down? Para corroborar com a pesquisa, elaborou-se o **objetivo geral**, que é compreender o processo de alfabetização do aluno com Síndrome de Down, numa escola de Ensino Regular e, para almejar este objetivo, foram elaborados outros **objetivos específicos** que são: identificar o processo de alfabetização do aluno com síndrome de Down; reconhecer a importância da inserção do aluno com Síndrome de Down na escola regular; observar como acontece o processo de alfabetização do aluno com SD a fim de promover um ambiente alfabetizador e compreender a importância das leis que respaldam a inclusão do aluno com deficiência. Para isso, optou-se por uma pesquisa de abordagem qualitativa, compreendendo que o pesquisador procura compreender através de observações como ocorrem as vivências em

determinado grupo no seu ambiente natural, visando obter respostas significativas para sua linha de pesquisa.

Nesse contexto, é adequado para a esse tipo de pesquisa o estudo de caso. Para Ludke e André (1986) esse tipo de pesquisa, enfatiza a interpretação do contexto, buscando retratar a realidade de forma íntegra.

Para efetivação da pesquisa foi aplicado um questionário, com sete perguntas fechadas e três abertas, para uma pedagoga de idade entre 25 e 30 anos, uma professora regente com idade entre 30 e 50 anos e uma professora corretegra com idade entre 25 e 30 anos e seis observações feitas em campo com duas professoras, uma pedagoga e um aluno com Síndrome de Down que frequenta o 1º ano do Ensino Fundamental.

DEFINIÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DAS PESSOAS COM SÍNDROME DE DOWN

A síndrome de Down foi descrita pelo médico inglês John Langdon Down, em 1866, que recebeu homenagem com o seu nome. Também conhecida como trissomia do cromossoma 21, a Síndrome de Down é um distúrbio genético causado por um erro na divisão celular durante a divisão embrionária. É uma deficiência mental congênita que pode ser diagnosticada ao nascimento, porém, atualmente, têm sido usados recursos de ultrassonografia que podem diagnosticar a SD⁵ na décima segunda semana de gestação.

Um dos fatores que podem ocorrer à gestação de crianças com síndrome de Down é a idade da mãe, pois mulheres mais velhas, principalmente após os trinta e cinco anos apresentam riscos maiores de terem filhos com SD, pois seus óvulos envelhecem conforme seu corpo envelhece.

A probabilidade de uma criança nascer com SD são de 1/ 600 nascidos vivos, pois o nascimento de uma criança com SD geralmente é mais frequente em mulheres mais velha, porém qualquer pessoa está sujeita a ter filho com síndrome, pois é sem distinção de raça ou sexo.

As pessoas com SD apresentam características semelhantes como: as mãos curtas e largas possuindo somente uma linha transversal, boca pequena, pele flácida, orelhas pequenas, pés chatos e dedo curto, cabeça com aparência arredondada, pescoço curto e seu envelhecimento costuma ser precoce. “Nenhuma criança tem todos os sinais e nenhum sinal isolado é decisivo para caracterizar o diagnóstico sendo positivo para a síndrome” (JONES apud SIQUEIRA, 2006, p. 26).

As crianças com SD além de possuírem fenótipos parecidos apresentam o crescimento físico e seu desenvolvimento motor mais lento, pois seus músculos trabalham lentamente devido ao atraso no desenvolvimento mental.

Crianças com Síndrome de Down têm desenvolvimento intelectual limitado, sendo que a maioria apresenta deficiência mental leve ou moderado. A mesma variação na função cognitiva, notada na população normal, também é observada na Síndrome de Down. Alguns indivíduos são mais vivos, outros já não têm a mesma vivacidade (WERNECK, 1993, p. 63).

⁵ SD – será utilizada essa sigla no trabalho para referendar a Síndrome de Down

As pessoas com SD, assim como as populações “normais” precisam de um ambiente que estimule a aprendizagem, proporcionando conhecimento significativo para seu desenvolvimento cognitivo. Por isso é de fundamental importância que as pessoas com essa síndrome freqüentemente, o quanto antes, uma escola de inclusão, para que não ocorra comprometimento no seu desenvolvimento global e no processo de aprendizagem.

As pessoas com síndrome de Down têm maior probabilidade em sofrer alguns problemas de saúde como: problemas cardíacos congênitos, problemas respiratórios e disfunção na tireoide causando o sobrepeso, porém, atualmente, a pessoa com SD tem uma maior qualidade de vida, o que oportuniza a longevidade com saúde aumentando as oportunidades de educação, lazer, emprego, integração na sociedade e também possibilita a vivência de novos conhecimentos de construir-se como uma pessoa ativa e cidadã.

Devido o aumento da expectativa de vida das pessoas com de SD, estas podem chegar aos setenta anos, uma vida parecida com a população dita “normal”, seu nível de autonomia e independência, possibilitou a responsabilidade pessoal, porém para que isto ocorra, não depende somente do indivíduo com SD, mas também das pessoas que vivem ao seu redor, pois o portador da síndrome precisa de estímulos e um ambiente adequado para seu desenvolvimento.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA : CONCEITO E PRÁTICA PEDAGÓGICA

A Educação inclusiva não deve ser confundida com educação especial, embora um contemple o outro. A diferença entre educação especial e educação inclusiva, está justamente na inclusão de alunos com necessidades especiais em sala de aulas normais. Na educação especial, consta de um projeto com sala de aula preparada exclusivamente para alunos com necessidades especiais.

Na educação inclusiva, é necessária uma prática pedagógica coletiva, abrangente, e ao mesmo tempo específica, onde o docente deverá receber os alunos com necessidades especiais, perceber suas limitações e integrá-lo à turma, valorizando suas habilidades e facilitando sua dificuldade que poderá ser através de adaptação de material escolar, como: lápis apontador, pranchetas adaptadas, assim usando sua sensibilidade e criatividade, poderá realizar esta adaptação diminuindo as barreiras de aprendizado para o aluno especial.

A relação família-escola passa a ter grande importância no papel de inclusão escolar dos alunos com necessidades especiais, onde os familiares participarão ativamente do desenvolvimento educacional dos alunos especiais, favorecendo e estimulando o aluno a vencer as barreiras físicas, valorizando e incentivando o aluno a expressar-se mesmo que de maneira diferente, seus pensamentos, sentimentos e ideias.

A escola tem o desafio de inserir os alunos com necessidades especiais na sociedade através de medidas educativas dentro da escola. Sendo assim, a escola deve propiciar a oportunidade de convivência entre todos os alunos, independente de suas diferenças. Para Mantoan (2003), devemos lembrar que as crianças com Síndrome de Down são ótimos imitadores e são capazes de

compreender e absorver tudo o que seu meio lhe oferece. Dessa maneira, deve-se sempre compreender que a criança com síndrome de Down, tem sim suas limitações, mas também possui inteligência e capacidades.

[..] O desafio pedagógico que a inclusão nos apresenta é muito mais amplo do que se revela no interior da escola regular. Requer consciência social e política, mas especialmente uma atitude ética com esse alunado, que ao invés de se sentir acolhido, pode sentir-se abandonado em uma escola regular que não se encontra preparada para a inclusão (PAN, 2008, p.110).

Ao incluir alunos com SD na escola, devemos lembrar que o objetivo principal não é o cumprimento da lei, mas fornecer ao aluno a verdadeira inclusão, de forma que esse aluno venha estar sentindo-se protegido e incluso, pois essas atitudes certamente facilitarão no desenvolvimento global do aluno.

POLÍTICAS INCLUSIVAS NO AMBIENTE ESCOLAR

Atualmente uma das terminologias mais utilizadas em relação à educação, é o termo inclusão de alunos com deficiências em escolas de ensino regular. Diante da inclusão, é possível encontrar diversos documentos e leis que têm a finalidade de garantir aos alunos com deficiências o acesso a um ensino de qualidade. Entre esses documentos legais podemos citar: a constituição Federal (1988), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) e as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001).

Para uma educação de qualidade que venha a agregar na formação dos alunos, é fundamental repensarmos a prática de educação que está sendo implantada em nosso país para que possamos rever algumas situações de forma que seja possível atender a todas as pessoas de forma democrática e eficaz.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos visa garantir a educação a todas as pessoas. Porém, esse direito à educação nem sempre está associado com a qualidade de ensino, pois a desigualdade social leva a um ensino diferente que privilegia os alunos com melhores condições sociais. Por esses motivos, a educação inclusiva tem como objetivo principal diminuir essa desigualdade de forma a levar uma educação de qualidade para todos.

Muitos documentos tomaram medida para garantir o acesso à educação de qualidade para todos, porém foi somente com a Declaração de Salamanca (1994), na Espanha que a educação inclusiva passou ganhar força para garantir o acesso a educação a todos, inclusive às pessoas com deficiências. Essa Declaração prevê uma modificação na estrutura de toda a sociedade com o intuito não só de ofertar escolas para todos como prioriza também a redução em todos os tipos de desigualdades existentes.

A educação é um direito de todos, porém de nada serve ter acesso a educação, se não existe qualidade e verdadeira inclusão. A inclusão deve ser capaz de inserir o aluno com deficiência no contexto escolar de forma que este venha a se sentir participante. Para isso as escolas devem estar adaptadas

para receber esses alunos, não apenas na estrutura física da escola, mas também no currículo escolar.

O CURRÍCULO ESCOLAR INCLUSIVO COMO MEDIADOR NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO DO ALUNO COM SÍNDROME DE DOWN

Os currículos escolares devem receber uma adaptação devido à diversidade da comunidade escolar partindo para a mudança onde possa atender as necessidades particulares dos alunos, considerando que a inclusão provoca mudanças no ambiente escolar apontando oportunidades iguais para todos os educandos, dando chances educacionais formais e sociais para alunos com Síndrome de Down abrindo caminhos para uma escola inclusiva que respeite as características de cada estudante, que ofereça alternativas pedagógicas “que atendam às necessidades educacionais de cada aluno: uma escola que ofereça tudo isso num ambiente inclusivo e acolhedor, onde todos possam conviver e aprender com as diferenças” (GIL,2005,p.18).

A educação desses alunos, até pouco tempo, ocorria de forma exclusiva, em classes e escolas especiais, sob a responsabilidade de professores capacitados nesta área, porém, com o tempo a educação sofreu mudanças, devido às influências vividas, transformando as escolas de educação especial, em espaços inclusivos criando condições para inclui-los no meio social.

Os alunos com síndrome de Down até então permanecem isolados no convívio educacional, na escola regular, participando somente como ajudantes sem serem realmente incluídos. Os educandos, com essa síndrome, representam para os docentes um desafio, pois suas características biológicas e cognitivas dificultam o trabalho dos professores.

Na educação inclusiva devemos proporcionar oportunidades para todos, onde possam aprender juntos sempre respeitando as diferenças e reconhecendo as diversas necessidades de cada um para obter uma educação de qualidade através de um currículo que seja adaptado, para que as crianças que tenham necessidades especiais recebam o apoio necessário para uma boa educação.

Para que na sala de aula ocorra uma aprendizagem significativa precisa haver parcerias entre professores e alunos para combater a exclusão e a discriminação; precisam estar unidos e serem ativos no processo de aprendizagem.

Para que a proposta da inclusão escolar seja concretizada e favoreça o aprendizado dos alunos com deficiência, é necessário fazer modificações curriculares. Essas mudanças não significam um currículo isolado, mas precisa ser mudado para que esse se torne mais adequado para acolher a diversidade dos alunos.

As adaptações curriculares, de modo geral, envolvem modificações organizativas, nos objetivos e conteúdos nas metodologias e na organização didática, na organização do tempo e na filosofia e estratégias de avaliação, permitindo o atendimento às necessidades educativas de todos os alunos, em relação à construção do conhecimento (OLIVEIRA; MACHADO, 2007, p. 36).

O caminho para a inclusão é longo, e é preciso um investimento na educação, na formação dos professores, em políticas públicas entre outros aspectos que devem ser repensados. Estamos em direção para a verdadeira e essencial inclusão de todos os estudantes, porém, ainda temos um extenso caminho a percorrer.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL: O PREPARO PARA TRABALHAR COM ALUNOS COM SÍNDROME DE DOWN

É de extrema importância o papel do professor para o sucesso da educação inclusiva, pois são os mesmos que estão em convívio com os alunos com Síndrome de Down na sala de aula. Por isso a formação desses profissionais se torna muito importante, pois com a Educação Inclusiva, o professor necessita estar preparado para lidar com as diferenças individuais e criar metodologias diversificadas, garantindo assim o desenvolvimento de seus alunos, visando sempre à inclusão social.

A educação inclusiva envolve um processo de preparação do professor que considera as diferenças e as dificuldades dos alunos na aprendizagem escolar como fontes de conhecimento sobre como ensinar e como aperfeiçoar as condições de trabalho nas salas de aula (BRASIL, 1995, p.17).

Por isso a importância da mudança de postura destes profissionais para que consigam desenvolver a sua função de mediador da aprendizagem de seus alunos. Formando cidadãos que assumam seus papéis na sociedade.

Para que se possa atuar nessa perspectiva inclusiva, os profissionais precisam estar em constante reflexão sobre suas práticas pedagógicas. Precisam estar sempre avaliando e reavaliando seus questionamentos, que deve ser permanente para que se possam rever as suas práticas e assim possa haver o compartilhamento das experiências vividas e também novas ideias. Para que dessa forma se possa por fim na prática individualista.

Os profissionais da educação precisam estar dispostos às mudanças e revisando sempre os seus conceitos, valores e ideologias, para que possam atuar como facilitador da conscientização na construção da cidadania, pois o processo de construção necessita partir da sua prática e de seus conhecimentos. Assim, sobre a formação, Nóvoa (1995) afirma que:

Deve estimular uma perspectiva crítico - reflexiva, para haver pensamento autônomo e que facilite as dinâmicas de autoformação participada. Estar em formação implica um investimento pessoal, um trabalho livre e criativo sobre os percursos e os projetos próprios, com vista à construção de uma identidade, que é também uma identidade profissional (NOVOA, 1995, p.25).

Com certeza o professor é um dos elementos principais nas mudanças educacionais, mas não depende somente do professor e de sua formação, é necessário também o funcionamento e a organização da escola, pois também precisam sofrer modificações.

O PAPEL DO PROFESSOR NA ALFABETIZAÇÃO DO ALUNO

A alfabetização é um processo de suma importância na vida de qualquer aluno, pois é quando este passa a fazer parte do mundo letrado começando a compreender que a leitura e a escrita são importantes meios de comunicação com o mundo. Dessa forma, para que a aprendizagem ocorra de forma significativa, é fundamental que o aluno encontre no professor um mediador nesse processo educativo. Tratando-se de aluno com Síndrome de Down é importante observar como este se desenvolve, focando em suas possibilidades. É preciso observar os mecanismos que a criança utiliza para dar conta da sua aprendizagem apesar do defeito. Desse modo é necessário a compreensão dos mecanismos desenvolvidos pela criança para que possam lidar com as limitações que o defeito muitas vezes a impõe. Então sobre esses mecanismos Vigotski (1997) fala:

Sempre e em todas as circunstâncias o desenvolvimento agravado por um defeito constitui um processo (orgânico e psicológico) de criação e recriação da personalidade da criança, sobre a base da reorganização de todas as funções de adaptação da formação de novos processos sobre-estruturados, substitutivos, niveladores, que são gerados pelo defeito e pela abertura de novos caminhos para o desenvolvimento (VIGOTSKI, 1997, p. 16).

Dentro dessa perspectiva a criança com deficiência acaba por elaborar novas funções orgânicas e psicológicas, para que frente as suas limitações possam se organizar melhor, interagindo de forma mais adaptada ao meio em que está inserida. Um exemplo seria o método Braille para o ensino da leitura e escrita às crianças com deficiência visual, onde por suas limitações acabam desenvolvendo outras habilidades como Por exemplo o tato, construindo assim competências para adquirir o conhecimento.

No processo de alfabetização, o professor é sem dúvida o agente principal na mediação entre ensino/aprendizagem. A qualidade da educação depende muito de professores qualificados, competentes e dedicados. Este deve estar sempre em busca conhecimentos, procurando estar atualizado frente às novas informações, a fim de compreender e saber lidar com situações novas no cotidiano.

O aluno com SD, embora seja capaz de alcançar resultados positivos no rendimento escolar, seu aprendizado ocorre de forma mais lenta. Sendo assim, é necessário um estímulo muito maior por parte do professor. Os conteúdos devem ser enriquecidos com metodologias inovadoras que venham a despertar no aluno a vontade de aprender, levando em consideração que geralmente esse aluno possui dificuldades na atenção. As atividades recreativas são metodologias que devem ser muito exploradas pelos professores, pois despertam no aluno o desejo e a motivação. Conforme Valett, (2002) brincadeiras de saltar, correr, pular, entre outras influenciam na coordenação motora grossa, tornando-a mais forte, ajudando no equilíbrio. Atividades, também, que estimulem o uso das mãos como bolinha de gude, massa de modelar, pintura, entre outras, contribuem para o desenvolvimento da coordenação motora fina. Na alfabetização é fundamental que a criança desenvolva a motricidade fina, pois isso facilitará no seu desempenho quanto à escrita.

O aluno com SD promove ao professor desafios diários que exigem do professor flexibilidade, criatividade e criticidade. O professor deve ser flexível com a sua metodologia, pois o aluno embora seja capaz de aprender, necessita de metodologias adaptadas às suas necessidades.

ALFABETIZAÇÃO

Para encaminhar o aprendiz ao sucesso na alfabetização, foi e ainda é utilizado, como recurso e suporte básico desse tipo de aprendizagem, um material impresso que se limita a ser uma técnica de leitura, associando elementos sonoros aos gráficos: a cartilha. As cartilhas são originárias das cartilhas, pequenos livros que reuniam abecedário, silabário e rudimentos de catecismo, utilizadas em Portugal, no século XV, com o objetivo de alfabetizar. No Brasil, é possível que a cartilha de aprender a ler, de João de Barros Lisboa, tenha sido usada com o intuito de associar o ensino de leitura e escrita a leitura, no processo de conversão dos nativos.

Em princípios da década de 80, estudiosos brasileiros começam divulgar as ideias da pesquisadora Emilia Ferreiro e de seus colaboradores, a respeito das hipóteses que a criança tece sobre a língua escrita pela compreensão do funcionamento dessa linguagem. Além da contribuição de Ferreiro, surgem os estudos de Vygotsky e Bakhtin presentes nos trabalhos de Sonia Kramer, Ana L., Smolka, Maria Laura Mayrink Sabinson, M. Bernadete Abaurre, Raquel S. Flad, sobretudo, que entendem a linguagem como um conjunto de símbolos de caráter sócio histórico ideológico, destacando a importância da interação linguística no processo da construção do conhecimento, adicionados a visão do texto como unidade de sentido, e acabam desencadeando a difusão de novos parâmetros para a formação pedagógica na prática alfabetizadora.

Dessa forma, passa-se a ver o ensino-aprendizagem da escrita como apropriação pessoal resultante da experiência da criança, em situações diversificadas de utilização da escrita. Assim, as concepções mecânicas do ato de ler e escrever, aos poucos, na prática, vão sendo substituídas pela compreensão dos usos e funções das linguagens escrita e do papel do professor, como mediador entre o sujeito e o conhecimento, na criação de um ambiente estimulador, no qual as atividades de ler e escrever sejam significativas.

O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO DO ALUNO COM SÍNDROME DE DOWN

Geralmente a maioria das pessoas com SD possuem diversos transtornos que tornam o aprendizado mais lento. Essa maioria sofre uma perda significativa da audição e da visão, dificuldades de concentração, fatores esses que dificultam bastante o seu processo de alfabetização. Além disso, sabe-se que muitas crianças ainda possuem hipotonia (flacidez muscular), que acaba dificultando o desenvolvimento da coordenação motora fina e grossa do aluno.

O processo de alfabetização do aluno com a SD não é uma tarefa fácil, assim como também não é para qualquer um. Para alfabetizar esse aluno, faz-

se necessário um professor com formação profissional de qualidade que venha trazer benefícios ao aluno de forma que este possa desenvolver sua cognição de forma global.

Embora o aluno com SD tenha a construção do conhecimento mais lenta, é importante saber que ele o tem interesses e manifestações similares aos de qualquer outra criança. Todas as crianças são diferentes umas das outras e por essa razão todas possuem necessidades diferentes, pois possuem estilo e ritmo de aprendizagens diferentes uns dos outros.

Para Ferreiro e Teberoski (1991), o processo de alfabetização é vagaroso e o aprendiz observa, interioriza conceitos, duvida deles, reelabora, até que chega ao código alfabético utilizado pelo adulto. É com esse código que o aluno passa a desenvolver a consciência entre pensamento e linguagem, e a partir daí é que passa a fazer uso da escrita. O aluno para ser alfabetizado precisa entender a relação que tem entre oralidade e escrita, além de conhecer as regras da escrita.

A alfabetização do aluno com SD deve ocorrer de forma progressiva, pois muitos fatores contribuem para que esse progresso seja eficaz ou precário. Sendo assim, quando o aluno entra na escola, o que deve ser estimulado primeiro é o desenvolvimento da oralidade e o convívio social para facilitar posteriormente a construção do simbólico. Com essa integração, a criança começa a perceber a importância de meios que facilitem a sua comunicação com as pessoas ao seu redor.

Troncoso (1998) afirma que:

Pessoas com SD têm a atenção, percepção e a memória visuais como pontos fortes e que se desenvolvem com um trabalho sistemático e bem estruturado. Porém, se verificam dificuldades importantes na percepção e memória auditivas, que com frequência se agravam por problemas de audição agudos ou crônicos. Por essa razão, a utilização de métodos de aprendizagem que tenham um apoio forte na informação verbal, na audição e interpretação de sons, palavras e frases, não é muito eficaz. (TRONCOSO, 1998, p. 70).

Para essa autora, no processo de alfabetização do aluno com SD, é importante que o aluno comece compreender a importância da escrita. Sendo assim, faz-se necessário o estímulo visual de palavras com significados para o aluno. Partindo desse pressuposto, deve-se trabalhar com nomes do aluno, familiares e objetos de seu cotidiano para que gradativamente o aluno seja alfabetizado.

DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

As observações tratam-se de uma pesquisa de campo que foram realizadas na Escola Municipal Colônia Augusta. Ao aluno observado nos referiremos de "B". Às professoras: P1 e P2 e à pedagoga "M", com o objetivo de preservar a identidade dos mesmos. O aluno B, frequenta a escola desde o começo do ano, usa óculos, tem a coordenação motora fina comprometida e

também fala com bastante dificuldade, porém é possível entender o que o aluno diz. Este senta-se na primeira carteira da segunda fila, á frente da mesa da P1. A sala é composta de 15 alunos As duas professoras em sala demonstraram-se muito atenciosas com os alunos.

O primeiro dia de observação percebeu-se que os alunos tratam o aluno B como um aluno diferente, e não falam diretamente com o mesmo, sempre que iriam falar algo em relação ao aluno, falavam com a professora P2, e a professora então direcionava ao aluno B. Houve um momento em que o aluno B bateu em um colega e a professora P2 o pegou pelo braço e o sentou na carteira olhando fixo para o aluno B e falando firme para não fazer mais isso.

O aluno B ficou boa parte do tempo disperso, brincando com uma bolinha em cima da mesa, sendo necessário que a professora esteja o tempo todo ao lado dele para que conclua as atividades. A professora P2 então vem o auxiliar na atividade e relata que é impossível dar a aula sozinha para a classe e para o aluno B, pois ele exige uma atenção especial.

No segundo dia de observação percebeu-se que o aluno apresentou muita dificuldade na montagem das peças de um quebra-cabeça, sendo necessário a ajuda da P2 para que o aluno fizesse a montagem do jogo. Nesse quebra-cabeça tinha algumas figuras. Quando questionado sobre a quantidade de determinado elemento da figura ele relacionava corretamente, assim como também sabia dizer o nome de cada elemento.

Após a atividade do quebra- cabeça, P2 fez perguntas sobre as letras do alfabeto, B respondeu corretamente todas as perguntas, porém ao ser questionado sobre a relação entre uma letra e a palavra, pedindo para ele dizer uma palavra que começasse com determinada letra, ele não sabia responder.

A P2 fica sentada ao lado de B, acompanhando este em suas atividades enquanto a P1 ministra a aula aos demais alunos da turma. Por um lado, ter uma professora só para B é muito interessante no que diz respeito ao aprendizado do aluno, porém para a socialização do aluno, não é uma maneira muito eficaz, pois o aluno acaba ficando excluído dos demais alunos. O fato de o aluno estar em sala, não significa que está verdadeiramente incluído.

No terceiro dia de observação percebeu-se que o aluno B estava muito agitado não parava na cadeira ficava o tempo todo levantando, pegando brinquedos. Na hora da rotina para realizar a contagem do dia da semana a P1 chamou para a contagem o aluno B para que ele pudesse participar da aula interagindo.

O aluno B fica o tempo todo com brinquedo, na hora da explicação ele se distrai facilmente, pelo que foi observado tem dificuldade em concentrar-se. Suas atividades são diferenciadas, neste dia foi aplicada uma atividade de matemática, do número 3 onde ele teria que realizar a contagem dos patinhos em seguida pintar somente a quantidade que representava o número três, teve dificuldade para fazer esta tarefa onde a P1 o auxiliou, sua coordenação motora fina é bastante comprometida, mas em questão da oralidade, a fala dele é clara dando para entender perfeitamente.

No quarto dia de observação percebeu-se que o aluno estava muito agitado e não queria fazer as atividades. A professora P1 entrega aos alunos uma atividade com o objetivo de verificar o desenvolvimento dos alunos. Para “B” a professora uma atividade em que ele deve ligar os pontos e a professora P2 o auxilia a todo o momento.

No recreio foi possível observar que os alunos não se aproximam muito do aluno B para brincar, então ele brinca sozinho.

No quinto dia de observação percebeu-se que o aluno estava muito inquieto e atrapalhou o desempenho dos demais alunos da sala. Estavam em sala as duas professoras: P1 e P2. Todos os alunos estavam presentes neste dia.

A professora regente (P1) entregou aos alunos uma folha onde continha atividades de matemática, com o objetivo de trabalhar os temas: Adição e Subtração. Enquanto isso o aluno “B” ficou montando um quebra-cabeças de 6 peças com o tema: “Os três porquinhos”.

Logo após a atividade de matemática, os alunos fizeram atividade de português, onde deveriam fazer colagens para relacionar a figura com a escrita. Essa atividade foi realizada em duplas, enquanto isso “B” jogou dominó com a professora corregente (P2).

Enquanto os alunos estavam postos em duplas, “B” não se socializou com as crianças, visto que em uma atividade em dupla seria um momento propício para isso. Durante esse dia não foi possível notar nenhum tipo de envolvimento e tentativa de inclusão do aluno com SD com os demais colegas de classe. Diante disso, foi possível observar que o aluno não está verdadeiramente incluso, apenas está na sala com os demais colegas, mas não tem envolvimento significativo com os colegas.

No sexto dia de observação percebeu-se que o aluno estava bem calmo ao chegar à escola. A mãe do aluno apresentava idade avançada.

Na sala de aula a P2 que acompanha o aluno B distribuiu livros para todas as crianças fazerem a leitura e para o aluno B sentou do seu lado e leu o livro para ele, depois estimulou para que ele falasse o nome dos personagens que continham na história e após pediu para que ele recontasse a história.

Para fazer a rotina a P1 recolheu os livros e fez o calendário com as crianças, mas o aluno B continuou folhando o livro de história, em seguida a P1 distribuiu folhas com o calendário, para que todas as crianças preenchem-se os quadrados com os números correspondentes até o dia em questão. A P2 estava acompanhando o aluno B, perguntando as letras que possuía a palavra calendário, após a P2 escreveu os números correspondente ao dia de hoje depois fez a contagem dos números com ele e com o auxílio da docente ele teria que pintar com o lápis de cor amarela o número que correspondia o dia de hoje e com a cor azul o primeiro dia do mês de setembro, ele reconhece as cores.

Neste dia o aluno B interagiu durante a aula, mas sempre com o auxílio da P2, pois perdia a concentração muito rápido sempre tendo que chamar a atenção para que voltasse a realizar a atividade.

QUESTIONÁRIO

Como instrumento de coleta de dados foi realizado um questionário com dez perguntas, sendo que sete são dissertativas e três discursivas. Além do questionário, foram realizadas observações que foram fundamentais para uma análise significativa entre os dados. Os resultados dessa análise foram feitos através de uma articulação entre as respostas dos questionários e as observações, tomando como base alguns autores apresentados nessa pesquisa.

Para manter a identidade das profissionais questionadas, a organização se deu da seguinte forma: M para representar a pedagoga, P1 para a professora regente e P2 para professora correte. As docentes responderam ao questionário e com isso foi possível fazer as articulações entre as informações coletadas de acordo com os objetivos propostos nesta pesquisa.

Conforme o relato da pedagoga M, sua idade é inferior a vinte e cinco anos, sua formação acadêmica é pós-graduação em Psicopedagogia pela PUC – Paraná está atuando na coordenação da escola a menos de dois anos nunca havia trabalhado com alunos portadores de síndrome de Down.

Já a P1 que é a regente de turma possui trinta anos é graduada em Pedagogia e pós-graduada em alfabetização e letramento, atuando como professora a mais de cinco anos. Já trabalhou com alunos de inclusão com síndrome de Down há mais de dois anos. A outra professora questionada foi a P2, esta possui idade de vinte e cinco anos, sua formação acadêmica pedagogia e possui pós-graduação em Psicopedagogia pela Universidade Positivo. Está atuando como docente a mais de cinco anos.

Observou-se que através dos dados analisados, nota que as profissionais que foram entrevistadas para nossa pesquisa todas deram continuidade em sua formação, mas em inclusão elas ainda têm pouca experiência devido ao tempo de trabalho.

Quando questionadas sobre o corpo docente de uma escola regular estar preparada para receber portadores de Síndrome de Down, as professoras p1 e p2 e a pedagoga M responderam a sentem-se pouco preparadas, contando com o apoio da APAE e dos pais para saber como lidar com esses alunos que necessitam de uma atenção especial.

Durante as observações foi possível verificar que realmente a escola por si só não tem como proporcionar ao aluno com Síndrome de Down um desenvolvimento eficaz se não houver essa interação com os pais e com a APAE, sendo fundamental todos estarem envolvidos buscando o desenvolvimento pleno da criança com SD.

Quanto à questão seis, onde a pergunta se refere à escola estar preocupada em criar ambientes que atendam as necessidades dos alunos, as professoras P1 e P2 e a pedagoga M responderam que a escola preocupa-se e busca estar criando novas estratégias que atendam as necessidades do aluno.

De acordo com as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, “Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos”. (BRASIL, 2001).

Nos dias observados foi possível perceber que as professoras buscam diferentes métodos e atividades para promover ao aluno com síndrome de down o seu desenvolvimento, mas muitas vezes acabam trazendo para a sala propostas diferenciadas para esse aluno, pois afirmam que não é possível trabalhar com ele da maneira que trabalha com os outros.

Na questão oito, quando questionadas sobre como é visto o aluno com síndrome de down em uma escola regular todas foram unânimes em responder que o aluno com qualquer deficiência é tratado com respeito e igualdade de acordo com suas especificidades. Nos dias em que foram feitas as observações, foi possível perceber que realmente o aluno é tratado com respeito por todos da instituição, mas já no caso da igualdade fica um pouco a desejar, pois o aluno é tratado com diferenças em relação às atividades, a maneira das professoras lidar com o mesmo, e até mesmo dos alunos que tratam de maneira diferenciada o aluno com SD.

Para Mantoan (2003) a igualdade deve deixar de ser uma norma. Não é o direito de ser igual que deve prevalecer, mas direitos iguais apesar das diferenças. Deve-se lutar pela heterogeneidade, pela diversidade, pela riqueza que o diferente nos traz, não há nada de novo a aprender com o igual, mas a convivência com o diferente sem dúvida é valiosa.

Quando questionadas sobre como se realiza a educação inclusiva do aluno com SD nas escolas regulares é possível notar que todas concordam quando dizem que essa educação se dá a partir de um currículo adaptado no qual a alfabetização é o objetivo principal. A P1 pontuou ainda que o apoio da família é fundamental para que o aluno tenha uma base sólida de educação. A P2 destacou ainda que a integração do aluno com SD com os demais alunos é fundamental para a socialização do aluno, porém não foi o que observou-se durante a pesquisa de campo, onde notou-se que muitas vezes o aluno era de forma indireta excluído dos grupos sociais da turma devido a sua limitação.

Para Gil (2005) o currículo da escola deve respeitar as características de cada estudante oferecendo propostas pedagógicas que contemplem as necessidades de cada aluno com o objetivo de fazer da escola um ambiente realmente inclusivo, onde as crianças sintam-se acolhidas e protegidas.

Na questão de número 9 foi levantado o seguinte questionamento: “A seu ver como ocorre o processo de alfabetização do aluno com Síndrome de Down em escola regular?”.

Sobre essa questão, as professoras e a pedagoga têm a mesma visão em relação à alfabetização do aluno com SD, relatando que a alfabetização nesse caso decorre de um processo mais lento e que exige certos cuidados. Para elas, por se tratar de um processo mais lento, a alfabetização não deve ser imposta ao aluno e sim proporcionar meios prazerosos de aprender.

Através das respostas acima, nota-se que as profissionais têm uma visão de ensino que concorda com o que afirma Pueschel (2005) sobre a metodologia. Esse autor defende que a metodologia deve ser divertida como o intuito de motivar o aluno a aprender.

Durante as observações na escola, foi possível notar que as atividades com o aluno realmente condizem com o que destacam essas profissionais, pois as atividades são diferenciadas, respeitando sempre o tempo do aluno com atividades voltadas para a ludicidade. Diante das afirmações, nota-se que todas as profissionais concordam que o empenho da equipe é fundamental nesse processo de alfabetização, de modo que a metodologia é o ingrediente principal que faz a diferença nesse processo.

A última questão procura compreender as dificuldades que o professor encontra ao receber um aluno especial e ao lhe proporcionar condições para o seu desenvolvimento. Diante desse questionamento, a pedagoga relatou que a dificuldade está na infraestrutura, que impede o bom desenvolvimento do aluno e o sucesso do trabalho pedagógico do professor. A pedagoga destacou que para trabalhar com alunos com SD, se faz necessário profissionais específicos que atendam as particularidades da criança com necessidades especiais.

Não fugindo muito do que a pedagoga “M” destacou a P1 completou que a dificuldade pode ser encontrada na falta de materiais específicos para realizar um trabalho pedagógico para a criança. Já a P2 destaca que o apoio da família muitas vezes não ocorre, pois segundo ela, a família atribui toda a responsabilidade da educação da criança na escola e na APAE.

Diante das questões e respostas supracitadas é possível compreender que o processo de ensino do aluno com SD ainda está com qualidade inferior ao que se espera em relação à educação inclusiva de alunos com necessidades especiais. Também nota-se que as profissionais sentem-se de certa forma desamparadas e despreparadas para atuar com alunos com necessidades especiais.

Conforme Nóvoa (1995), o professor deve ser o agente de transformação pessoal, investindo na sua formação continuada. Sendo assim, nota-se que o professor quando trabalha com alunos especiais, não sentindo-se preparado deve encontrar buscar conhecimento para desempenhar um trabalho de qualidade.

Diante dessa análise de dados, percebe-se que a educação e a qualidade do desenvolvimento do aluno com Síndrome de Down é um processo que deve ser realizada em parceria entre a família e a escola, de forma que uma não deve atribuir a responsabilidade para a outra para assim buscar juntas, soluções que propiciem um desenvolvimento integral e significativo do aluno

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através desse estudo, realizado na Escola Municipal Colônia Augusta, no município de Curitiba foi possível compreender a percepção dos professores e da pedagoga em relação à alfabetização do aluno com Síndrome de Down, percebendo também os desafios que envolvem sua inclusão no ensino regular. A coleta e análise dos dados foram essenciais para se chegar aos resultados dessa pesquisa.

Pôde-se constatar que os desafios são realmente grandes e a escola regular ainda precisa encontrar meios que incluam verdadeiramente esses alunos nas escolas, pois o que se observa é que a escola tem “que aceitar” esses alunos mesmo sem ter as condições necessárias e professores especializados, somente para cumprir as leis de inclusão. No entanto, é necessário investir em uma educação inclusiva que realmente faça o aluno fazer parte do contexto escolar, pois somente assim será possível cumprir o direito de educação de qualidade para todos.

A adaptação do currículo escolar não deve ser um meio de deixar a criança acomodada fazendo o que ela sabe. Essa adaptação deve ser feita propondo desafios ao aluno de forma que ele consiga desenvolver-se através de suas capacidades. Cada pessoa tem seu tempo para aprender, por isso deve-se respeitar o tempo do aluno também, porém sempre trazendo ao aluno atividades desafiadoras para a superação de suas limitações.

No decorrer dessa pesquisa, foi possível perceber que o aluno é muitas vezes subestimado, pois enquanto os alunos fazem as atividades, o aluno com SD faz outra que não tem ligação nenhuma com o conteúdo os demais alunos estão aprendendo. Nas atividades em grupo, o aluno com SD faz outras atividades. Entende-se que o fato do aluno estar incluído no ensino regular, tem como objetivo a sua socialização com os demais colegas, porém não foi isso que se pôde constatar no decorrer da pesquisa.

As atividades em grupo são um excelente meio de fazer essa ponte para a socialização. Porém, diante do que foi observado, conclui-se que o aluno não está devidamente incluído, necessitando assim de uma visão pedagógica que contemple mais o lado da verdadeira inclusão. Contemplando mais esse lado, será possível que o aluno tenha um melhor desenvolvimento não somente na alfabetização, mas também em todas as áreas de aprendizagens.

Para que as escolas de ensino regular possam acolher de forma significativa os alunos com necessidades especiais, seria interessante a criação de uma rede de apoio que promova a interlocução de diversos profissionais de diferentes áreas do conhecimento, com o objetivo de subsidiar os professores, pedagogos e a família, no preparo da inserção do aluno na rede regular de ensino.

Sabe-se que a alfabetização do aluno com Síndrome de Down é um desafio para todos que se envolvem nesse processo. Por isso, investigar e

analisar práticas educacionais e de alfabetização próprias para esse aluno é fundamental para sua formação integral. Discutir e elaborar estratégias de ensino que não contemplem os impedimentos cognitivos do aluno e sim suas capacidades, além de contribuir para uma formação de qualidade, pode diminuir a evasão dos alunos com necessidades especiais nas escolas de ensino regular.

REFERENCIAS

BRASIL. **Conselho Nacional de Educação**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. **Brasília: CNE/CEB, 2001b**.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Rio de Janeiro: Degrau Cultural, 1988.

_____. Ministério da Educação. Secretária de Educação Especial. **O Processo de Integração Escolar dos Alunos Portadores de Necessidades Educativas Especiais no Sistema Educacional Brasileiro**. Brasília: MEC/SEESP, 1995.

CARTOLANO, Maria Tereza Penteado. **Formação do Educador no Curso de Pedagogia: A educação especial**. Ln: cadernos Cedes, Campinas, setembro, 1998.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Necessidades Educativas Especiais – NEE** In: Conferência Mundial sobre NEE: Acesso em qualidade – UNESCO. Salamanca/ Espanha: Unesco 1994. Disponível em: <http://redeinclusao.web.ua.pt/files/fl_9.pdf> Acesso em: 13 abr. 2014.

DECLARAÇÃO Universal dos Direitos Humanos: proclamada pela assembleia Geral da ONU em 10 de dezembro de 1948. Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/dir_huma.htm>. Acesso em: 10 maio 2014.

FABRÍCIO, N. M. C.; SOUZA, V. C. B.; ZIMMERMANN, V.B. **Singularidade na Inclusão: estratégias e resultados**. São José dos Campos: Pulso, 2007. .

FERREIRO, Emília; TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da língua escrita**. 4ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

GIL, M. (Coord.) **Educação Inclusiva: o que o professor tem a ver com isso**. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2005.

JANNUZZI, Gilberta. **A luta pela educação do “deficiente mental” no Brasil**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1985.

LEFÉVRE, Beatriz. **Neuropsicologia Infantil**. São Paulo: Sarvier, 1989.

LEI de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei n. 9.394/20.12.96. São Paulo: Saraiva, 1996.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MANTOAN, M.T.E. **Inclusão Escolar. O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

NÓVOA, Antonio. Formação de Professores e Profissão Docente. In: NÓVOA, Antonio (org.) **Os Professores e a sua Formação**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995

OLIVEIRA, E; MACHADO, K. S. Adaptações curriculares: caminho para uma educação inclusiva In: GLAT, R. (org.) **Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.

PAN, Miriam Aparecida G. de Souza. A deficiência Intelectual e a Educação Contemporânea. In: FACION, José Raimundo (org.). **Inclusão escolar e suas implicações**. Curitiba: Ibpex, 2008. p. 78 – 134.

PUESCHEL, Siegfried M. org. **Síndrome de Down: guia para pais e educadores**. Campinas, SP: Papyrus, 1993.

SAAD, Suad Nader. **Preparando o Caminho da Inclusão: Dissolvendo Mitos e Preconceitos em Relação à Pessoa com Síndrome de Down**. São Paulo: Vetor, 2003.

TRONCOSO, Maria Victoria e Del Cerro, Maria Mercedes. **Síndrome de Down: Leitura e Escrita** - Cantabria, Espanha. Masson S.A. - 1998.

VALETT, Robert E. Tratamento **de distúrbios da aprendizagem** : manual de programas psicoeducacionais. São Paulo. EPU, Ed. Da Universidade de São Paulo, 1977.

VYGOTSKI, Lev Seminóvic. **Obras Escogidas. Fundamentos de Defectología**. Madrid: Visor, 1997. Tomo V.

WERNECK, Cláudia. **Muito prazer, eu existo: um livro sobre as pessoas com síndrome de Down**. Rio de Janeiro – RJ: WVA, 1993.